

CRISE E NOVAS EXPRESSÕES DOS MOVIMENTOS POPULARES E SINDICAL

Ivo Lesbaupin

A novidade

O Brasil tem visto nos últimos tempos o surgimento e desenvolvimento de inúmeros movimentos: movimentos de bairro, movimentos de mulheres, movimento negro, movimento dos atingidos pelas barragens, movimento dos sem-terra, movimento ecológico, e outros.

Por que se formam tais movimentos? Qual o alcance, a capacidade de mudança social que têm estes movimentos? Quais as condições para que um movimento seja bem sucedido? E inversamente: o que faz um movimento fracassar? O que é capaz de transformar a sociedade?

Nos últimos anos a temática dos *movimentos sociais* tem sido objeto de inúmeros estudos: alguns falam de *movimentos populares*, outros se debruçam sobre os *movimentos sociais urbanos*, outros preferem os *novos movimentos sociais*, o fato é que desde o final dos anos 60 cresce a literatura sobre este fenômeno social. Ela é relativamente recente na sociologia — seu interesse se desenvolveu a partir daquela época. A teoria sociológica predominante na primeira metade deste século, nos Estados Unidos — o funcionalismo —, dava mais importância aos fenômenos de integração social que àqueles de mudança; a corrente do comportamento coletivo (“collective behaviour”), por seu lado, se voltou para os comportamentos coletivos considerados anormais, extraordinários (pânico, linchamento, quebra-quebra). Foi assim que só nos anos 60 vemos as ciências sociais se voltarem para os movimentos sociais. Antes disso o movimento social sobre o qual os estudiosos

pesquisavam era o movimento operário. Alguns se interessavam também pelo movimento camponês, mas o movimento operário ocupava a cena principal.

A partir dos anos 60

O motivo deste despertar foi a efervescência social dos anos 60, em particular nos Estados Unidos e na Europa ocidental: a luta pelos direitos civis, a revolta dos guetos negros nos EUA, a mobilização contra a guerra do Vietnã, maio de 68 na França (também na Alemanha, na Itália): esta eclosão de uma sociedade civil aparentemente massificada, passiva, levou à busca de explicações. Percebeu-se que os movimentos de protesto e de transformação não se limitavam ao movimento operário ou ao movimento camponês: estudantes, negros, mulheres, pacifistas, inconformistas, críticos da sociedade estabelecida, terceiro-mundistas, grupos sociais variados vieram à tona e colocaram em xeque instituições e valores aparentemente consensuais (cf. Granjon, 1985).

Entre os autores que trabalharam esta temática, é preciso nomear Touraine, que escreveu a *Sociologia da Ação* em 1965 e desde então propôs que a sociologia se centrasse nos movimentos sociais. Vieram em seguida Castells, Oberschall, Tilly, Borja, Lojkine, Gamson, e muitos outros. Para alguns, pensar esta questão implicava superar os rígidos esquemas marxistas que colocavam a salvação unicamente na classe operária: era preciso outra teoria, pós-marxista. Para outros, a teoria de base continuava marxista, mas incorporava novos elementos. De qualquer maneira, o modo como o marxismo se habituara a pensar a transformação social foi sacudido.

Touraine: Surgimento de novos movimentos sociais no hemisfério Norte (países desenvolvidos): movimento ecológico-pacifista, movimento de mulheres, movimento de emancipação regional (bascos, etc.). Revelam a passagem de uma sociedade industrial, centrada na produção, e onde o principal movimento de mudança era o movimento operário, para uma sociedade pós-industrial ou programada, onde o centro não é mais a produção mas a gestão e cujos movimentos de transformação são estes novos movimentos sociais. Lá, era o marxismo a teoria que dava conta; agora é a "sociologia da ação". Quais as características destes novos movimentos: não visam uma mudança no futuro ("depois da tomada do poder") mas desde já; uma mudança que deve se manifestar no cotidiano dos participantes; implicam uma transformação cultural (modo de se relacionar entre as pessoas e de pensar esta relação, a relação homem-mulher, etc.); valorizam a afetividade assim como a subjetividade; autonomia face a qualquer instân-

cia que se pretenda superior — partidos, intelectuais, direções vindas de fora, vanguardas, igrejas —: é o movimento que decide o que, como e para que; opõem-se a qualquer centralismo, cupulismo, dirigismo, praticando uma democracia de base.

No Brasil

No Brasil, esta temática entrou a partir dos movimentos urbanos de meados da década de 70, na esteira da distensão do governo Geisel (1974-1979).

As inúmeras lutas por água, asfalto, iluminação elétrica, transportes coletivos, creches, postos de saúde, etc., inundaram as cidades; surgiram associações de moradores por toda parte, assim como federações municipais de associações.

Por que esta explosão urbana?

* O regime autoritário havia organizado uma política urbana a serviço dos grandes grupos imobiliários e da construção civil, o que provocou uma forte especulação imobiliária;

* Uma política agrária que expulsava o homem da terra, privilegiando grandes propriedades, modernização agrícola e pecuária para exportação, o que provocou um forte aumento do êxodo rural (a população urbana era de 45% em 1960 e chegou a 75% em 1991, apenas 30 anos depois): o campo foi esvaziado e as cidades incharam;

* Forte repressão sobre as organizações populares nos primeiros anos da década de 70 (1969-1973: período Médici).

Devido a estas políticas, o atendimento às necessidades de consumo coletivo (infra-estrutura urbana) das camadas populares e dos bairros periféricos tornou-se secundário. Os setores populares sofriam a carência destes serviços mas não podiam se manifestar. Com a distensão de Geisel, a insatisfação pôde se expressar.

Autores brasileiros começaram a trabalhar a questão, sob a influência principalmente de Castells — mas também de Borja e Lojkin: Moisés, Kowarick, Jacobi, Nunes, Gohn, e outros.

Castells: os movimentos sociais urbanos surgem devido ao próprio processo capitalista. O Estado capitalista em sua fase monopolista deve atender primeiramente às necessidades do capital (grandes grupos econômicos: bancos, empresas); deve ao mesmo tempo dar conta dos serviços urbanos necessários à população (bens de consumo coletivo:

água, esgoto, ruas, iluminação, praças, etc.) porque estes são serviços pouco rentáveis e não interessam à iniciativa privada; como a prioridade é o capital, as necessidades da população mais pobre são precariamente atendidas. Resultado: *contradições urbanas*, que provocam o surgimento dos movimentos sociais urbanos. Em seus primeiros escritos, Castells considera que os movimentos urbanos são potencialmente anti-capitalistas. Posteriormente, reformula seu pensamento: eles são capazes de transformar a cidade, não o sistema. É preciso dizer que Castells, embora de orientação teórica diversa (marxismo), se apropria de algumas idéias de Touraine — o papel importante que novos movimentos sociais passam a ter, e a diminuição relativa da importância do movimento operário. Para Castells, estes novos movimentos são os movimentos sociais urbanos.

Muitos elementos desta teoria foram incorporados na reflexão brasileira: Estado autoritário, exigências do capital, carência de serviços urbanos para as populações periféricas, contradições urbanas e eclosão de movimentos sociais urbanos.

Outros movimentos eclodiram e se desenvolveram no Brasil a partir da segunda metade da década de 70:

- movimento dos índios
- movimento dos sem-terra
- movimento dos bóias-frias
- movimento dos atingidos pelas barragens
- movimento dos negros
- movimento das mulheres
- movimento pela saúde
- movimento pela moradia
- movimento dos pescadores
- movimento dos seringueiros
- movimento contra a violência
- movimento pelos direitos humanos
- movimento ecológico
- movimentos religiosos de cunho social (CEBs)
- movimento operário a partir de 1978
- e outros mais.

Alguns autores, seguindo a opinião de Touraine, chamam o movimento de mulheres, o movimento ecológico, o movimento de emancipação regional (bascos, etc.), em suma, os movimentos mais recentes de “novos movimentos sociais”, em oposição aos “velhos” movimentos: o movimento operário e o movimento camponês. São realmente novos? só o ecológico e o pacifista se enquadram nesta condição; mesmo assim, os indígenas americanos desde o século passado defendiam a natureza contra a destruição dos brancos “civilizados”. O movimento de mulheres é perfeitamente encontrado desde o século passado, em

particular na luta pelo direito ao voto. O que há nos movimentos recentes não é que não tenham existido em outras épocas mas que apresentam características próprias, novas, face aos mesmos movimentos anteriores. Eles enfatizam aspectos, objetivos, que os movimentos anteriores não enfatizavam (cf. Frank e Fuentes, 1989; Lesbaupin, 1990; Scherer-Warren, 1993).

Problemas teóricos

Algumas evidências começaram a ser abaladas:

Classe social e luta de classes

* A base de um movimento não é necessariamente uma classe social:

- no caso do movimento operário, temos claramente uma classe em oposição a outra: operariado versus burguesia;
- no caso dos movimentos urbanos, já não temos uma classe homogênea: mesmo num bairro popular, temos uma composição pluriclassista — operários, autônomos, domésticas, pequenos comerciantes, comerciários, empregados de escritório, etc.;
- no caso do movimento das mulheres, ele atravessa praticamente todas as classes, desde a burguesia até o operariado, numa luta contra a opressão machista (que não é exclusiva da burguesia nem mesmo exclusiva dos homens);
- no caso do movimento ecológico, setores de muitas classes participam dele, inclusive membros da burguesia, embora o adversário seja principalmente a classe dominante, isto é, a grande burguesia.

Em suma, não é possível explicar os movimentos sociais unicamente com a ajuda do conceito de classe social e da luta de classes: outros conceitos devem entrar em consideração para dar conta destes movimentos. O conceito de luta de classes continua a ser útil, mas não é suficiente. Certamente, o adversário principal de muitos destes movimentos é a classe econômica e politicamente dominante, mas a opressão não se restringe às relações capital-trabalho, às relações de exploração do trabalho: há vários tipos de opressão. E eles são combatidos não apenas pela classe operária ou pelas classes populares: outros grupos sociais entram em ação (sobre isso, ver: Castells, 1983).

Autonomia versus vanguarda dirigente

*A questão da *autonomia* dos movimentos sociais: no movimento comunista inspirado pela IIIª. Internacional, nos movimentos de corte marxista-leninista, era considerado imprescindível que uma vanguarda dirigisse o movimento para que ele fosse bem sucedido. A van-

guarda — detentora da teoria necessária ao processo de transformação, e conhecedora das etapas do processo — era o partido (comunista), especialmente a sua direção. Nesta concepção não cabia consulta às bases, aos militantes do próprio movimento. Ora, os movimentos atuais rejeitam esta concepção, exigem que eles próprios decidam seu caminho. Mais: autonomia face a outros grupos e instituições e *democracia interna*, isto é, as decisões devem passar por um processo de discussão junto aos membros do movimento, junto às bases. Weffort (1972) chama a atenção para alguns destes elementos no seu estudo sobre as greves de Contagem e Osasco em 1968, elementos presentes no novo sindicalismo que explode nas ruas nas greves do ABC de 1978. Isto significa uma retomada de preocupações próprias da corrente anarquista (Scherer-Warren, 1987).

Isto é particularmente forte em movimentos mais recentes como o ecologista, o das mulheres. Encontramos estas exigências por exemplo no movimento das comunidades de base (CEBs): as práticas democráticas são uma das características que os pesquisadores sempre apontaram nas comunidades de base — característica que seus militantes transportaram para os movimentos populares em que se engajaram. Também buscam resguardar sua autonomia frente a intervenções externas (Camargo, Souza e Pierucci, 1980; Lesbaupin, 1987).

Isto não quer dizer que os movimentos sociais somente agora sejam autônomos. No passado e no presente os movimentos sempre buscaram ser autônomos: o movimento operário do início do século no Brasil (1900-1920) era bem mais autônomo do que nos anos 40. Na verdade, as esquerdas é que se posicionaram diferentemente com relação à autonomia do movimento operário: os anarquistas — hegemônicos no início do século — enfatizavam a autonomia, enquanto o partido comunista (1922 em diante) e seus militantes enfatizavam o papel da vanguarda e, portanto, a dependência em relação ao partido, e esta posição era hegemônica até há poucos anos atrás. Os participantes dos movimentos enquanto tais sempre quiseram ser autônomos. Nos últimos anos, o respeito à autonomia dos movimentos vem ganhando terreno no meio das esquerdas.

Teoria marxista

Aliás, o repensar dos movimentos sociais caminhou junto com uma crise na teoria marxista — teoria predominante na reflexão sobre a transformação social. Inúmeros acontecimentos das últimas décadas, inclusive os movimentos sociais que surgiram neste período, levaram a colocar em xeque uma série de idéias enraizadas há muito tempo: já nos referimos ao conceito de luta de classes como única explicação dos

movimentos; a idéia de que só o operariado é a classe realmente capaz de fazer a transformação social (a revolução), idéia-chave do *Manifesto do Partido Comunista* (de 1848); a idéia de que a transformação da estrutura econômica provoca automaticamente a transformação da estrutura política e ideológica; a questão da democracia política; a questão da liberdade, dos direitos individuais; a idéia de que há um modelo correto de revolução que deve ser seguido (o bolchevique, o chinês, o cubano); a idéia de que a teoria da mudança social é uma teoria acabada, pronta para ser aplicada; e assim por diante (Evers, Muller-Plantenberg e Spessart, 1982; Mainwaring e Viola, 1987).

O marxismo vem passando por uma profunda revisão por parte de seus seguidores: a própria concepção pejorativa de “revisãoismo” — que incriminava qualquer tentativa de rever afirmações dos fundadores do marxismo, de atualizá-las — vem caindo em desuso. É importante chamar a atenção para o fato de que o desprezo pelas lutas nos bairros, pelas lutas camponesas, pelas lutas dos índios, para citar três exemplos apenas, estão ligadas às concepções dominantes no marxismo herdeiro da IIIa. Internacional (1919-1943): excelência do movimento operário; reacionarismo intrínseco das massas camponesas; secundariedade das outras lutas. Tanto que, em muitos países, estas lutas se desenvolveram sob impulso de outros militantes, de outras instituições ou grupos de apoio, ou de militantes marxistas que não se submetiam à ortodoxia de seus partidos.

O que é movimento social

O que é um movimento social?

Movimento social é toda ação coletiva — o que implica a passagem da imobilidade ou passividade à mobilização — em que um grupo social ou uma aliança de grupos sociais (estudantes, ou operários, ou aposentados, moradores de um bairro, setores populares, a maioria da população, grupos raciais, mulheres, etc.) busca, através de atividades de massa, conseguir um objetivo na organização social, seja defender uma situação ameaçada, seja obter algum bem coletivo (melhores salários, transportes, mudanças culturais, derrubada de um projeto governamental, mudança de governo, etc.).

Neste sentido, distingue-se de partido político, que requer uma organização formal — o que um movimento social normalmente não tem — e um projeto global de sociedade — o que geralmente um movimento social não tem. Distingue-se igualmente dos grupos de pressão no sentido usual do termo, os quais podem funcionar através

de contatos telefônicos, relações pessoais, dinheiro, etc. — o que é típico dos “lobbies”. Podemos considerar o movimento social um grupo de pressão, desde que especifiquemos que se trata de um grupo de pressão especial, um grupo de pressão “de massa”.

Movimento social é uma expressão que engloba tipos muito diferentes de mobilização: seja no que se refere ao *grupo* que se mobiliza (uma parte da população de um país — por exemplo, o movimento pelas “diretas já”, o movimento pelo “impeachment” de Collor; ou um bairro que luta pela canalização da água; os estudantes de um município que lutam por transporte mais barato). Em suma, a base social pode ser menos ou mais ampla. Seja no que se refere ao *tempo de duração* do movimento (o movimento operário, por exemplo, existe praticamente desde o surgimento da classe operária; uma luta pela água num bairro pode durar três ou quatro anos e terminar). Assim, o movimento pode ser mais ou menos duradouro, permanente ou temporário, pode ser apenas pontual, num determinado momento. Naturalmente, estes dados — amplitude da base, duração do movimento — terão implicações profundas numa análise comparativa: lutas de bairro e lutas políticas, por exemplo, são tipos bem diferentes de mobilização. Embora sejam ambos movimentos sociais, e tenham por isso elementos comuns, cada qual requer também chaves de análise específicas.

Características dos movimentos sociais

Na caracterização de qualquer movimento social, encontramos os seguintes elementos (cf. Lesbaupin, 1990):

- base social - o grupo ou grupos que se mobilizam;
- identidade - a consciência comum dos membros do movimento;
- adversário - aquele indivíduo, grupo ou instituição contra os quais o movimento se desenvolve;
- objetivo - aquilo que buscam alcançar;
- interesse - a base material a partir da qual se mobilizam;
- organização - a forma de articulação existente entre os membros do movimento;
- o poder do movimento versus o poder do adversário: correlação de forças.

Exemplos:

— O movimento grevista de 1978 se fez em plena ditadura, quando a lei facultava ao governo o direito de reprimir greves. O governo, no entanto, não utilizou a repressão. Por que? Naquela conjuntura, em função da pressão social, o bloco no poder estava dividido entre os que queriam uma abertura e os que exigiam repressão: os últimos não conseguiram impor sua opinião. Apesar de desarmados, os operários foram vitoriosos: a correlação de forças os favoreceu.

— Fazia tempo que os aposentados procuravam se organizar contra as constantes perdas salariais provocadas pelas sucessivas políticas econômicas (desde Delfim Netto). Em fins de 1991 e início de 1992, o governo Collor decidiu não lhes conceder um aumento que a recém-aprovada Constituição lhes garantia. Toda a opinião pública se colocou do lado dos aposentados, porque sua reivindicação era legal, reconhecida publicamente, e o que o governo estava fazendo era evidentemente uma injustiça. Afinal de contas, todo trabalhador será amanhã um aposentado e toda família tem alguém aposentado. Legitimados pela opinião pública, os aposentados acabaram derrotando o governo.

Movimentos sociais e política

Um movimento social amplo pode derrubar um governo.

Exemplos: o movimento popular que derrubou as ditaduras de Marcos nas Filipinas e de Duvalier no Haiti em 1986; o movimento pelo "impeachment" de Collor no Brasil em 1992.

Pode desestabilizar o governo e obrigar a uma mudança de rumo.

Exemplos: o movimento dos estudantes franceses em 1986 que obrigou o governo de direita a retirar o projeto relativo à educação e reformular toda a sua política; recentemente (1994), ocorreu o mesmo com um projeto relativo aos salários dos jovens.

Pode obrigar a alternância de bloco no governo.

Mas um movimento social geralmente não toma o poder: isto é obra de algum grupo organizado (seja no interior do movimento seja fora dele mas apoiado no movimento), com projeto de sociedade, projeto de governo (cf. Touraine, 1973). Há, porém, casos-limite: o "Solidariedade", na Polônia, é um bom exemplo de um vasto movimento social que acabou chegando ao poder. Para isso, teve de formular um projeto de governo e, portanto, deixou de ser movimento social (ou melhor, um setor do "Solidariedade" se tornou governo enquanto outro permanecia movimento; em pouco tempo, suas posições seriam bem diferentes). Quando os ditadores de Filipinas e Haiti foram derrubados, apesar da enorme esperança de que o povo teria seus anseios finalmente atendidos, foram grupos organizados, da burguesia industrial no caso das Filipinas, e dos militares, no caso do Haiti, que chegaram ao poder.

Quanto à relação entre movimentos sociais e partidos políticos, a existência de movimentos sociais não suprime o papel dos partidos políticos. Os movimentos lutam por objetivos específicos e raramente têm uma proposta global de sociedade. Os partidos são os grupos

organizados que pensam a sociedade como um todo e procuram integrar e compatibilizar as diferentes demandas dos setores sociais que representam num projeto global de sociedade (econômico-político-cultural-social). É através deles que as reivindicações dos movimentos chegam a ser institucionalizadas, transformadas em lei. Daí que não se possa escolher entre movimentos e partidos, pois exercem funções diferentes e indispensáveis (Castells, 1983; Cardoso, R., 1987; Boschi, 1987; Lesbaupin, 1990). É preciso, porém, chamar a atenção para o fato de que os partidos políticos, em sua forma atual, estão sofrendo um forte desgaste — a nível internacional. Seja pelo peso de sua burocracia interna, seja pela sua corruptibilidade, seja pela sua incapacidade de se adaptar rapidamente às exigências dos novos tempos, seja pela sua incapacidade de governar, quando chegam ao poder (cf. Weffort, 1992: 63-84).

Uma das características fundamentais dos movimentos sociais recentes (no Primeiro como no Terceiro Mundo) e que chamam a atenção é que eles questionam os limites da política institucional: eles recusam o monopólio da política pelo Estado (Offe, 1988). Se antes a política era ação restrita às instituições propriamente políticas (parlamento, executivo, judiciário), a política agora é exercida tanto nestas instituições como fora delas, tanto aí como na sociedade civil, tanto nos gabinetes quanto nas ruas. A esfera do político (o Estado) se alarga e se amplia para a sociedade civil (cf. Evers, 1984). Já Poulantzas havia advertido que o Estado, na verdade, não é imune à sociedade civil — ele não é um bloco monolítico representando apenas as classes dominantes: as lutas populares estão presentes dentro dele (Poulantzas, 1981).

Temas aparentemente privados como o aborto, o prazer, a relação homem-mulher, tornam-se objeto de manifestações públicas; questões que os conservadores gostariam de discutir e decidir entre quatro paredes passam a ser alvo de ações coletivas, passeatas, protestos. Os movimentos recentes denunciam (mesmo implicitamente) a incapacidade estrutural das instituições políticas e econômicas existentes para perceber e atuar eficazmente diante dos riscos e ameaças causadas pelo uso de seu próprio poder. A vida moderna está ameaçada pela dinâmica cega da racionalização militar, econômica, tecnológica e política. Eles criticam os partidos políticos e os governos por sua rigidez e ineficácia (Offe, 1988). Na Alemanha, por exemplo, foi só depois de obter uma forte repercussão na opinião pública que a questão ecológica passou a ser incorporada pelos partidos.

Na visão de Gramsci, a transformação viria através de uma luta pela hegemonia (ideológica, cultural): uma nova maneira de pensar vai se tornando consensual e suplantando a visão do mundo centrada no lucro; exemplo deste novo consenso que derruba o consenso tradi-

cional é a exigência de ética na atividade política, que está se manifestando um pouco por toda parte (na Itália — “Operação Mãos Limpas” —; no Japão; no Brasil).

A importância crescente das ONGs se inscreve neste processo de ampliação e fortalecimento da sociedade civil. ONGs enquanto tais não são movimentos sociais mas interagem fortemente com estes: são autônomos, são grupos de apoio, fomentadores, sustentáculos e interlocutores privilegiados de movimentos. Eventualmente são parte de um movimento: por exemplo, os centros, instituições, entidades de mulheres são parte do movimento de mulheres; as entidades ambientalistas constituem a facção mais ativa do movimento ecológico; as organizações negras são parte do movimento negro; várias ONGs integram o Movimento pela Ética na Política; várias participam da Campanha contra a Fome (sobre ONGs, ver Landim, 1988).

Os dois últimos exemplos nos remetem para a questão das “redes de movimentos” (cf. Scherer-Warren, 1993): entidades, grupos organizados, ONGs, movimentos se articulam para formar um amplo movimento em torno de um objetivo comum. É o caso do Movimento pela Ética na Política, de que já falamos. É o caso igualmente do Movimento pela Reforma Urbana, que articula todos os movimentos de bairros, e outros, interessados em conseguir este objetivo. É o que acontece também com outro Movimento que articula os Atingidos pelas Barragens em vários Estados do Brasil.

No caso brasileiro, a influência maior dos movimentos sociais não tem sido diretamente no poder político, mas na *cultura política* (Evers, 1984; Mainwaring e Viola, 1987): rejeição do centralismo, do verticalismo, do clientelismo, da corrupção; exigência de democracia participativa, de transparência, de ética. Daí porque a capacidade de provocar mudanças por parte dos movimentos sociais não é imediata: alguns objetivos imediatos são alcançados, porque são objetivos limitados no espaço e no tempo. Mas os objetivos maiores são alcançados apenas a médio e longo prazo, como fruto de uma acumulação de forças, como efeito da transformação da cultura política (cf. Mainwaring, 1986). Assim, a derrubada de Collor — algo impensável há poucos anos atrás — seria inconcebível sem a mudança que foi ocorrendo lentamente nos padrões da consciência ética do povo brasileiro, sem as “diretas já” (derrotadas), sem as emendas populares à Constituição (1987-1988), sem a eleição direta de 1989. Do ponto de vista político, o Brasil não é mais o mesmo depois do “impeachment” de Collor: a CPI do Orçamento é fruto direto deste novo clima, assim como a prisão de PC e o desbaratamento de um setor do “jogo do bicho”; pode-se prever que muitos outros acontecimentos no mesmo sentido vão se seguir.

O movimento sindical, o movimento operário e os demais movimentos populares hoje

A recessão econômica que vem se desenvolvendo desde 1981 atingiu fortemente os movimentos populares, em particular *o movimento operário e sindical*. Como se sabe por pesquisas em inúmeros países, em épocas de recessão o movimento operário — particularmente as greves — entra em refluxo, porque a questão do emprego passa a primeiro plano: a oferta de emprego diminui, e o operário demitido dificilmente acha outro lugar onde trabalhar; assim, embora o salário tenha seu valor reduzido, a briga por um salário melhor se torna secundária diante da necessidade de conservar o emprego (é melhor ter um salário baixo do que não ter salário nenhum).

Além disso, esta recessão se aprofundou com as medidas econômicas tomadas pelo governo Collor, que também reduziram o valor do salário. A reação dos operários foi forte: algumas categorias bem organizadas como os petroleiros e os eletricitários partiram para a greve. Depois de quase um mês de greve, o governo nada cedeu e, pior que isso, a Justiça do Trabalho (TST) negou ganho de causa aos operários. Negou argumentando que a concessão prejudicaria o Plano Econômico do Governo, ou seja, utilizando motivos políticos e não jurídicos. Se categorias fortes não conseguiram nada, como poderiam categorias menos organizadas esperar obter algo? O resultado foi um forte refluxo do movimento, que dura até hoje, em função da aliança recessão-repressão (não necessariamente repressão física, mas econômico-política; ainda assim, é bom lembrar a utilização de tropas militares contra a greve da polícia federal, em maio-junho passado, em pleno governo Itamar).

As greves, que tinham sido 183 por mês (em média, a nível nacional) em 1989, e 163 por mês em 1990, caíram para 52 por mês em 1992. Apesar disso, em 1993, houve um certo crescimento do número de greves para quase 61 por mês. E o setor público foi o grande propulsor das paralisações.

Se nas bases, nas fábricas, o movimento refluíu, nas organizações de cúpula, nas Centrais Sindicais, a ação tem sido intensa: certamente, no primeiro ano do governo Collor, foi a CUT a entidade comprometida com os trabalhadores que mais e melhor se contrapôs ao governo (nem o PT neste período conseguiu ter uma boa iniciativa). Tem conseguido manter, em nome dos trabalhadores, uma interlocução eficaz junto ao governo e ao empresariado.

Principais centrais sindicais:

CUT - surge em 1983. Defende um sindicalismo combativo, que se opõe à exploração do trabalhador, representa os interesses dos tra-

balhadores contra a ganância dos patrões, e luta pela modificação das relações entre empresários e trabalhadores como, por exemplo, pelo contrato coletivo de trabalho. E tem recebido um bom apoio de especialistas nas várias áreas (economistas, advogados, cientistas políticos, sociólogos do trabalho, etc.) para subsidiar sua atuação.

CGT - originalmente a corrente de Joaquinção e, depois, de Medeiros, isto é, de pelegos “modernos”: antigos pelegos (que vivem da máquina sindical, em aliança com os patrões e o governo) que saíram de sua passividade em função da atuação do sindicalismo combativo (ou agiam ou perdiam a batalha).

Acabou se dividindo em duas entidades:

CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

Força Sindical - Central fundada em 1991 por Medeiros, aliado do empresariado e dos partidos e governos neoliberais. Defende um “sindicalismo de resultados”, isto é, que não questiona a estrutura capitalista da produção, que deseja apenas melhorar os salários e as condições de trabalho sem mexer no sistema (um sindicalismo à americana). Seu sucesso mediático se deve ao apoio do empresariado, que se opõe à CUT: para não deixar a CUT passar, o empresariado deixa o Medeiros passar (concede aumentos salariais, melhorias limitadas, etc.).

USI - Praticamente desarticulada atualmente.

Um problema sério no movimento sindical é a tendência ao corporativismo (tendência estrutural, herdada do viés corporativista introduzido pelo Estado Novo na legislação sindical), isto é, a luta pelos direitos exclusivos dos trabalhadores de sua categoria (bancários, ou eletricitários, ou gráficos, ou metalúrgicos, etc.), esquecendo-se dos direitos dos trabalhadores em conjunto — particularmente dos “excluídos”, os que são obrigados a se valer da economia informal para sobreviver (e não têm nem carteira assinada, nem portanto seguridade social, aposentadoria garantida, etc.). Já há alguns setores do movimento operário e sindical discutindo este problema.

As mudanças ocorridas no processo de produção, com a introdução de novas tecnologias assim como a reorganização da produção, a terceirização, etc., interferem na organização e na luta dos trabalhadores. O movimento sindical tem de enfrentar e levantar novas questões hoje, além da questão salarial.

A recessão também afetou os *movimentos rurais*: a remuneração baixa (do salário ou da venda de produtos agrícolas) faz com que os traba-

lhadores e suas famílias tenham de dedicar o tempo sobran­te a melho­rar sua renda (bicos, biscates, trabalho na terra), diminuindo o tempo que antes dedicavam à organização popular; a baixa renda também dificulta pagar condução para participar de reuniões, encontros, etc.

Os *movimentos de bairro* tiveram um forte crescimento a partir de meados dos anos 70: criaram-se inúmeras associações de moradores e se formaram federações municipais de associações de moradores. Só no município do Rio de Janeiro, em apenas dois anos — 1979 a 1981 — foram criadas 166 novas associações de moradores, enquanto de 1946 a 1963 — dezessete anos — tinham sido criadas 124 (Boschi, 1987). Estas entidades, no entanto, também ficaram mais fracas, perderam o impulso inicial. Isto se verifica em todo movimento social, dado sua característica cíclica (altos e baixos); no caso brasileiro, o ciclo de baixa foi reforçado pela prolongada recessão. Algumas destas entidades já se retomaram e estão encontrando novas formas de agir na atual conjuntura — organizando, entre outras coisas, comissões de controle do orçamento da Prefeitura.

Um movimento que chama a atenção é o *movimento de mulheres*, que continua se estendendo por toda parte. À vaga de 1975-1980 veio se juntar a vaga de 1988-1993 — em particular dentro da Igreja, com a teologia feminista, a discussão do papel da mulher na Igreja, o direito a controlar o próprio corpo, o direito ao prazer, a questão do aborto, etc. No 8o. Encontro intereclesial das comunidades de base em 1992 em Santa Maria (RS), as conclusões do grupo que discutiu a questão da mulher envolveram a relação entre homens e mulheres, a revalorização do corpo, da afetividade, da subjetividade, assim como o direito na Igreja não só à execução mas também à direção. Este movimento, que se iniciou numa base social de classe média, de corte universitário, pouco a pouco se espalhou para os setores populares. De modo que há, hoje, um movimento de mulheres popular — que não é apenas um movimento feminista mas um movimento popular (lutando pelos direitos das classes populares como um todo) que incorpora as questões específicas das mulheres. Aqui, muitas de suas militantes são provenientes da Igreja Católica.

O *movimento dos favelados* no Rio de Janeiro tem sofrido um problema especial devido à convivência direta, nas favelas, entre a população e o crime organizado. O tráfico de drogas e a violência não são exclusivos desta cidade, fazem hoje parte do cotidiano de todas as grandes cidades. Certamente, porém, nas favelas do Rio adquiriu características próprias: nos últimos dez anos, o crime organizado, que mantinha uma relação de coexistência pacífica com as associações de moradores, passou a buscar o controle total, colocando inclusive em risco a vida das lideranças populares (sobre isto, ver Machado da Silva, 1993).

As dramáticas condições de vida de boa parte dos trabalhadores e suas famílias colocaram na ordem do dia a questão do *atendimento emergencial* (alimentação, cestas básicas, etc.). Reabriu-se a discussão sobre assistencialismo, mas numa nova perspectiva: em primeiro lugar, porque as necessidades são urgentes e não podem esperar; segundo, porque os governos não estão respondendo à altura e sobretudo não com a presteza necessária. Assim, embora se saiba que as causas da miséria são estruturais — sistema excludente, ausência de política econômica voltada para a maioria da população, ausência de investimento em políticas sociais (saúde, educação, moradia) —, percebe-se que há necessidade de ações emergenciais ao mesmo tempo que a luta pelas reformas fundamentais. Isto não é mero assistencialismo — no sentido de doar bens aos carentes, criando uma relação de dependência, e não possibilitando uma saída autônoma para os mesmos — mas suprimento de uma necessidade imediata com vistas a possibilitar que se tornem sujeitos. É exercício de solidariedade, de ajuda mútua, criando uma corrente entre uns e outros. Além disso, tais ações visam formar um vasto grupo de pressão sobre as autoridades públicas (Franco, 1993; Lesbaupin, 1993).

Em outubro de 1993 se realizou o congresso de fundação da *Central de Movimentos Populares*, reunindo delegados de vinte movimentos de praticamente todos os Estados do Brasil. A criação desta entidade é resultado de um longo processo que começa com a formação da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais) em 1980, continua com a formação da Pró-Central dos Movimentos Populares em 1989, até chegar a este Congresso. Foi eleita aí a primeira coordenação oficial da Central, numa preocupação de promover intercâmbio entre os movimentos e entre as várias regiões do país, de articular reivindicações e propostas, de articular interesses e objetivos comuns. Vale a pena ver a lista dos movimentos que enviaram representantes: Comunitário, de Saúde, pela Moradia, de Crianças e Adolescentes, de Reintegração dos Hansenianos, de Defesa da Vida, dos Portadores de Deficiência, Estudantil e de Juventude, dos Mutuários, pelo Transporte, pela Educação, pela Cultura, de Homossexuais e Lésbicas, de Prostitutas, dos Direitos Humanos, de Solidariedade, dos Pescadores, dos Pequenos Produtores, dos Recicladores de Papel e dos Ambulantes.

Desafios para os próximos tempos

Segundo Scherer-Warren, num sugestivo subsídio para a IIa. Semana Social organizada pela CNBB — “Sujeitos emergentes, práticas e valores” (1994) —, os desafios que se colocam para os movimentos sociais atualmente são:

1. *“Superar o discurso da mera denúncia em direção à elaboração de propostas”.*

A denúncia nunca deixará de ser necessária, mas já não basta: é preciso ir além, propor encaminhamentos, soluções. Aliás, foi este o salto qualitativo dado pelo movimento ecológico alemão há poucos anos atrás: depois de denunciar a destruição da natureza e o risco inerente à utilização da energia nuclear, elaborou — com a participação de cientistas e técnicos — um projeto de energia não-nuclear viável para a Alemanha (fazendo cair assim o argumento dos defensores da energia nuclear que afirmavam que não havia outro meio para gerar energia suficiente para um país moderno).

2. *“Superar o basismo sectário e a defesa de identidades excludentes”.*

Sem dúvida, a base (as classes populares) tem de ser sujeito nos processos sociais, mas não excluindo os demais setores da sociedade: classes médias e outros. O sectarismo que denega àqueles que não têm origem popular o direito e a capacidade de contribuir para a transformação social é ingênuo e discriminatório. O processo pelo qual os grupos oprimidos se articularam e se mobilizaram para vencer a opressão levou não poucas vezes à afirmação de sua própria identidade, excluindo os que não pertenciam à sua própria categoria (mulheres, negros, etc.). No decorrer de sua luta, tais grupos perceberam que ela não lhes era exclusiva e que, por exemplo, a cultura machista não era unicamente a cultura *dos homens*: é uma cultura de homens e mulheres, assim como a cultura libertadora é assumida por homens e mulheres.

3. *“Superar os corporativismos e os separatismos”.*

O corporativismo, como vimos, é o risco típico do movimento sindical mas não se restringe a ele. É considerar que o seu problema (de sua categoria, de seu bairro, de sua área, etc.) é o único e que só ele merece atenção, esquecendo de considerar os demais setores da população, da cidade, da região, etc.

4. *“Superar a partidarização dos movimentos sociais”.*

Os movimentos sociais englobam pessoas de diferentes opções partidárias, e é assim que deve ser. A queda do “muro de Berlim” revelou com clareza que a política do “partido único” é o pior caminho para a sociedade encaminhar a solução de seus problemas: há que existir diferentes organizações, diferentes projetos globais, isto é, diferentes propostas de caminhos possíveis para uma sociedade se orga-

nizar; porque há diferentes interesses na sociedade. Por melhor que seja, nenhum partido sózinho é capaz de representar plenamente todos estes interesses. A liberdade de pensamento e de expressão é fundamental ao processo político: a discussão, a existência de posições alternativas, de divergências, é condição para se poder chegar a soluções satisfatórias. Em suma, sem democracia não se chega à justiça.

5. *“É preciso superar o dilema “autonomia versus cooptação” na relação com o Estado”.*

O Estado autoritário se opunha aos movimentos sociais: por esta razão, ou os reprimia ou procurava cooptá-los. Os tempos, porém, mudaram. O Estado não é mais sempre e somente repressor. E também, em consequência da própria ação dos movimentos sociais e outros atores da sociedade civil assim como de partidos políticos, o Estado se abriu à participação da sociedade. Os movimentos sociais já não consideram o Estado seu adversário: o Estado pode e deve ser ocupado pelos setores da sociedade que dele estavam excluídos. Isto já está ocorrendo em vários lugares, e em várias instâncias ou órgãos do Estado: a nível de alguns municípios, de algumas secretarias municipais e mesmo estaduais, a nível de algumas iniciativas e instâncias federais. Isto é resultado de processos práticos e teóricos: já não se considera que só haverá mudanças sociais quando o Estado for “tomado pelo povo” de uma forma drástica e explosiva. Em outras palavras, é possível ao povo ir tornando pouco a pouco este Estado seu Estado, ir transformando pouco a pouco o Estado viciado que está aí em um Estado efetivamente público (cf. Weffort, 1984; Coutinho, 1980; 1987; 1992; 1993).

É preciso citar a experiência bem sucedida dos Conselhos Municipais (de Saúde, Educação, da Criança e do Adolescente, etc.) — possibilidade aberta pela Constituição de 1988: em Duque de Caxias (RJ), por exemplo — um município que é controlado tradicionalmente por uma “máfia” —, o Conselho de Saúde fechou um hospital e já demitiu médicos negligentes de hospitais públicos. O Conselho Popular de Saúde de Rezende (RJ), fiscaliza as despesas municipais com a saúde e denunciou superfaturamentos, gastos desnecessários, etc., sofrendo por isso mesmo oposição de setores da prefeitura local.

Bibliografia citada

BIRNBAUM, Pierre, *Dimensions du pouvoir*, Paris: PUF, 1984.

BORJA, Jordi, *Movimientos sociales urbanos*, Buenos Aires: Siapp, 1975.

BOSCHI, Renato R., VALLADARES, Licia do Prado, Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado, *Espaço e Debates* 3 (1983) 64-77.

Id., *A Arte da associação*. Política de base e democracia no Brasil, São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

CAMARGO, Cândido Procópio F. de, SOUZA, Beatriz Muniz de, PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira, Comunidades eclesiais de base, in SINGER, Paul, BRANT, V.C., *São Paulo: o povo em movimento*, Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980, 59-81.

CARDOSO, Ruth, Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico, in SORJ, Bernardo, TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, São Paulo: Brasiliense, 1984, 215-239.

CASTELLS, Manuel, Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbana, in POULANTZAS, Nicos (org.). *O Estado em crise*, Rio de Janeiro: Graal, 1977, 159-189.

Id., *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Id., *The city and the grassroots*, London: Edward Arnold, 1983. (trad. esp.: *La ciudad y las masas*, Madrid: Alianza, 1987).

COUTINHO, Carlos Nelson, *A Democracia como valor universal*, São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

Id., *Dualidade de poderes*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

Id., *Democracia e socialismo*, São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

Id., Crise e redefinição do Estado brasileiro, in PEPPE, Atilio M. e LESBAUPIN, Ivo (orgs.), *Revisão constitucional e Estado democrático*, São Paulo: Loyola, 1993, 77-99.

DURHAN, Eunice, Movimentos sociais: a construção da cidadania, *Novos Estudos CEBRAP* 10 (1984) 24-30.

EVERS, Tilman, MULLER-PLANTENBERG, Clarita, SPESSART, Stefanie, Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina, in MOISÉS, José Alvaro et alii, *Cidade, povo e poder*, Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1982, 110-164.

EVERS, Tilman, Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais, *Novos Estudos CEBRAP* 4 (1984) 11-23.

FRANCO, Augusto de, Solidariedade como nova opção ético-política. Subsídio, Brasília: INESC, 1993.

GAMSON, William A., *The strategy of social protest*, Homewood: Dorsey, 1975.

GOHN, Maria da Glória, *A Força da periferia*, Petrópolis: Vozes, 1985).

- Id., *Movimentos sociais e luta pela moradia*, São Paulo: Loyola, 1991.
- GRANJON, Marie-Christine, *L'Amérique de la contestation. Les années 60 aux États-Unis*, Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1985.
- GUNDER FRANK, André, FUENTES, Marta, Dez teses acerca dos movimentos sociais, *Lua Nova* 17 (1989) 19-48.
- JACOBI, Pedro, Movimentos sociais urbanos no Brasil, *BIB* 9 (1980) 22-30.
- Id., Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle versus cooptação e clientelismo, in BOSCHI, Renato Raul (org.), *Movimentos coletivos no Brasil urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1983, 145-179.
- Id., Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80, *BIB* 23 (1987) 18-34.
- Id., *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo, 1974-1984*, São Paulo: Cortez, 1989.
- Id., Atores sociais e Estado: movimentos reivindicatórios urbanos e Estado. Dimensões da ação coletiva e efeitos político-institucionais, *Espaço e Debates* 9 (1989) 10-21.
- Id., NUNES, Edison, Movimentos sociais urbanos na década de 80: mudanças na teoria e na prática, *Espaço e Debates*, 3 (1983) 61-77.
- KOWARICK, Lúcio, Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 1 (1987) 38-50.
- Id., *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LANDIM, Leilah (org.), *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*, Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- LESBAUPIN, Ivo, *Mouvement populaire, Eglise catholique et politique au Brésil: l'apport des communautés ecclésiales urbaines de base aux mouvements populaires*. (Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Toulouse-le-Mirail, 1987).
- Id., Classes populares, movimentos populares e construção da história, *Cadernos Fé e Política*, 2 (1990) 41-49.
- Id., Isto não é assistencialismo?, *Primeira e Última* nº 7 (1993) 4.
- LOJKINE, Jean, *O Estado capitalista e a questão urbana*, São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio, Desdobramento do campo temático dos movimentos sociais, *Cadernos do CEAS* 145 (1993) 39-51.
- MAINWARING, Scott, Grassroots popular movements, identity and democratization in Brazil, Mimeo, 1986.
- Id., VIOLA, Eduardo, Novos movimentos sociais: cultura política e democracia no Brasil e Argentina, in KRISCHKE, SCHERER-WARREN, *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*, São Paulo: Brasiliense, 1987, 102-188.
- MOISÉS, José Alvaro et alii, *Cidade, povo e poder*, Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1982.
- OBERSCHALL, Anthony, *Social conflict and social theory*, Englewood Cliffs (NJ): Prentice Hall, 1973.
- OFFE, Claus, Los nuevos movimientos sociales cuestionan los límites de la política, in Id., *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*, Madrid: Sistema, 1988, 163-244.

- POULANTZAS, Nicos, *O Estado, o poder, o socialismo*, Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- SCHERER-WARREN, Ilse, *Movimentos sociais*, Florianópolis: Edit. da UFSC, 1984.
- Id., O caráter dos novos movimentos sociais, in KRISCHKE, Paulo J., SCHERER-WARREN, Ilse (orgs.), *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*, São Paulo: Brasiliense, 1987, 35-53.
- Redes de movimentos sociais*, São Paulo: Loyola, 1993.
- Sujeitos emergentes: práticas e valores*, CNBB, 2a. Semana Social Brasileira, 1994.
- TILLY, Charles, TILLY, Louise, TILLY, Richard, *The Rebellious Century, 1830-1930*, Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- TILLY, Charles, *From mobilization to revolution*, Reading: Addison-Wesley, 1978.
- Id., *La France conteste - de 1600 à nos jours*, Paris: Fayard, 1986.
- TOURAINÉ, Alain, *Production de la société*, Paris: Seuil, 1973.
- Id., *La Voix et le regard*, Paris: Seuil, 1978.
- Id., *O Pós-socialismo*, São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Id., Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos, *Lua Nova* 17 (1989) 5-18.
- Id., *Palavra e Sangue. Política e sociedade na América Latina*, Ed. UNICAMP/Trajatória Cultural, 1990.
- WEFFORT, Francisco, *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*, São Paulo: Cadernos CEBRAP nº 5, 1972.
- Id., *Por que Democracia?*, São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Id., *Qual Democracia?*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Endereço do autor:
Rua Bambina, 115
22251-050 — Rio de Janeiro RJ